

A ARQUITETURA VERTICAL EM SÃO LUÍS: os arranha-céus e a construção do moderno.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do (1); MENDONÇA, Adriana Silva Santana (2)

1. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Departamento de Educação Superior e Tecnológico – DEST. Rua dos Pinheiros, Quadra 18, Casa 17 – São Francisco. CEP: 65076-250. São Luís - MA. E-mail: luciamnascimentoarq@gmail.com
2. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Avenida 02, quadra 17, casa 30- Residencial Pinheiros - Cohama. CEP.: 65064-423 – São Luís- MA. E-mail: drik.mendonca@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta a arquitetura dos primeiros edifícios em altura, os arranha-céus, da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, a partir de três casos particulares de arquitetura modernista, implantados entre as décadas de 1950 a 1970. São Luís iniciou seu processo de modernização na segunda metade do século XIX com a implantação de serviços públicos de energia elétrica, distribuição de água encanada e implantação de transporte urbano (bondes elétricos) e, por intervenções nos espaços públicos. Com relação à arquitetura, esse processo ganhou força no início da década de 1940, com as obras previstas no “Plano de Melhoramentos e Remodelação da Cidade” (1936) de autoria do Engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro, que foi pautado nos ideais de higienização, circulação e embelezamento, e que previa grandes mudanças na cidade com o intuito de transformá-la numa capital moderna, por meio da ampliação das vias existentes e criação de novos eixos de movimento pendonal. Essas intervenções urbanas possibilitaram o surgimento de novas linguagens arquitetônicas que deram à cidade uma imagem moderna. As primeiras construções modernas surgiram a partir da década de 1940, e eram caracterizadas por possuírem de um a três pavimentos, geralmente de uso residencial unifamiliar ou misto (comercial e residencial). O processo de verticalização se deu no final da década de 1950 com a construção dos primeiros edifícios em altura que modificaram a paisagem urbana da capital maranhense. Este artigo visa analisar e identificar os princípios da arquitetura modernista implantados em três arranha-céus: o Edifício João Goulart, onde funcionou a antiga sede do INSS, o Edifício Caiçara e o Edifício do Banco do Estado do Maranhão- BEM.

Palavras Chave: Arranha-céus, Modernismo, São Luís.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar e identificar os princípios modernistas utilizados em três arranha-céus implantados no centro da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, entre as décadas de 1950 e 1970, que iniciaram o processo de verticalização desta cidade. Entende-se por arranha-céu, neste artigo, as edificações em altura que possuíam de seis a treze pavimentos, que resultaram da reprodução do solo urbano em pavimentos, e, que foram construídos para atender usos diversos da cidade, são eles: o Edifício João Goulart, onde funcionou a antiga sede do Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, o Edifício Caiçara e o Edifício do antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM.

Os princípios modernistas a serem identificados nos arranha-céus implantados em São Luís estão relacionados com os “Cinco Pontos para uma Nova Arquitetura de Le Corbusier (1926)”, que compreendem: a planta livre, fachada livre, janela em fita, terraço jardim e pilotis, todos facilitados pelo uso do concreto armado como material de construção e também pela utilização da setorização rigorosa nos ambientes residenciais (BENEVOLO, 1998 [1976]).

O estudo acerca dessas edificações justifica-se pela importância em divulgar a arquitetura modernista da cidade de São Luís, marcada pela sua arquitetura colonial, e pela inexistência de trabalhos aprofundados sobre as referidas edificações. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas, histórica e documental. Sabe-se que esses edifícios são documentos essenciais à pesquisa, permitindo a constatação de diversos aspectos formais, funcionais, técnicos e construtivos, através do redesenho digital de plantas baixas e fachadas.

Os primeiros arranha-céus da cidade de São Luís foram construídos entre as décadas de 1950 e 1970, e caracterizaram o ápice da modernidade da cidade, pois materializaram a transformação das técnicas – novas maneiras de fundir o ferro, novas práticas de laminação de madeira e estruturas metálicas e a fabricação de placas de vidros maiores - e dos materiais - como o ferro, o aço e o concreto armado - que possibilitou a construção para as alturas, contribuindo para que as edificações ultrapassassem os limites definidos pelas alvenarias tradicionais. A evolução desses materiais caminhou junto com os novos sistemas de instalações elétricas e hidráulicas, elevadores, incineradores, telefones, dentre outros avanços, que permitiram o melhor funcionamento e conforto às pessoas que vieram a morar ou trabalhar nessas edificações (VAZ, 2002).

Esses arranha-céus mudaram a paisagem da capital ludovicense, pois romperam com a horizontalidade homogênea que predominava na cidade até a metade do século XX. Essas edificações em altura juntamente com bangalôs e palacetes ecléticos deram um ar moderno à capital maranhense.

Apesar dos arranha-céus em São Luís terem surgido somente na metade do século XX, já era possível perceber a ideia da modernização da estrutura da cidade presente no ideário de várias pessoas, inclusive de intelectuais, como se pode verificar no jornal Diário do Norte de 1939:

Quase todas as capitais brasileiras estão obedecendo à nova divisa lançada pelos urbanistas americanos: - Para o alto! E os arranha-céus aparecem nessas cidades, na sua imponência de “elefantes cinzentos”, como foram alcunhadas pelo vulgo.

[...] Hoje S. Luis, em vez de construir para o alto, contraria o lemma do urbanismo actual: constrói uns casinhotos marca jaboty ou seja - bangalô agachado...Contentemo-nos com imaginar o largo do Carmo, no anno 2.000, cercado de arranha-céus. Até lá, provavelmente, a cidade se lembrará de que precisa acompanhar a marcha do progresso, caso não queira continuar enkystada nos seus aspectos coloniaes . (“Diário do Norte”, 1939, p. 08)

Foi nesse período que foi posto em prática o “Plano de Melhoramentos e Remodelação (1936)”, proposto por Otacílio Saboya (1936-1937), implantado na administração de Pedro Neivade Santana (1937-1945), na gestão do Interventor Federal da Era Vargas Paulo Martins Ramos. Esse plano buscou modernizar a cidade, através do alargamento de ruas, construções de avenidas e reestruturação de espaços públicos. Este plano também previu a implantação de um novo código de obras (Decreto Lei nº 205 de 03 de novembro de 1936) que atendesse às necessidades do progresso da cidade. Este código introduziu noções do urbanismo moderno, como a divisão da cidade em zonas e hierarquia viária; conferiu certa importância à preservação do patrimônio histórico e paisagístico. Em relação à arquitetura, o código incentivava a verticalização do centro urbano, a substituição dos cortiços, que não seriam mais permitidos no centro da cidade, bem como casas de taipas. Todas as construções deveriam seguir os padrões de higiene e segurança (SÃO LUÍS, 1936).

Já na década de 1950, foram elaborados o “Plano Rodoviário da Ilha de São Luís (1950)” e o “Plano de Expansão da Cidade de São Luís (1958)”, como um complemento do plano de 1950 de autoria do Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, na época diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão – DER-MA. Esses planos apresentaram os novos eixos de crescimento e expansão da cidade, bem como propostas de planejamento em larga escala e parte decididamente para a conquista territorial (MESQUITA, 1958).

Devido ao baixo desenvolvimento local nesse período não foi possível uma renovação urbana radical no centro da cidade, o que permitiu a preservação do acervo colonial, construído ao longo dos últimos séculos. Mas o ápice da modernização se deu com a implantação das primeiras construções em alturas, que, mesmo pontuais, contribuíram para a modificação da paisagem da cidade. A princípio, elas ficaram localizadas no centro da cidade pela facilidade de comunicação (correios, telégrafos e telefones), de transportes e de serviços de água e esgoto. Somente com as construções das pontes, previstas no Plano de

Expansão da cidade (1958), esses arranha-céus passaram a localizar-se em bairros próximos à praia, onde esse processo alavancou-se no final da década de 1980 (Fig.01).

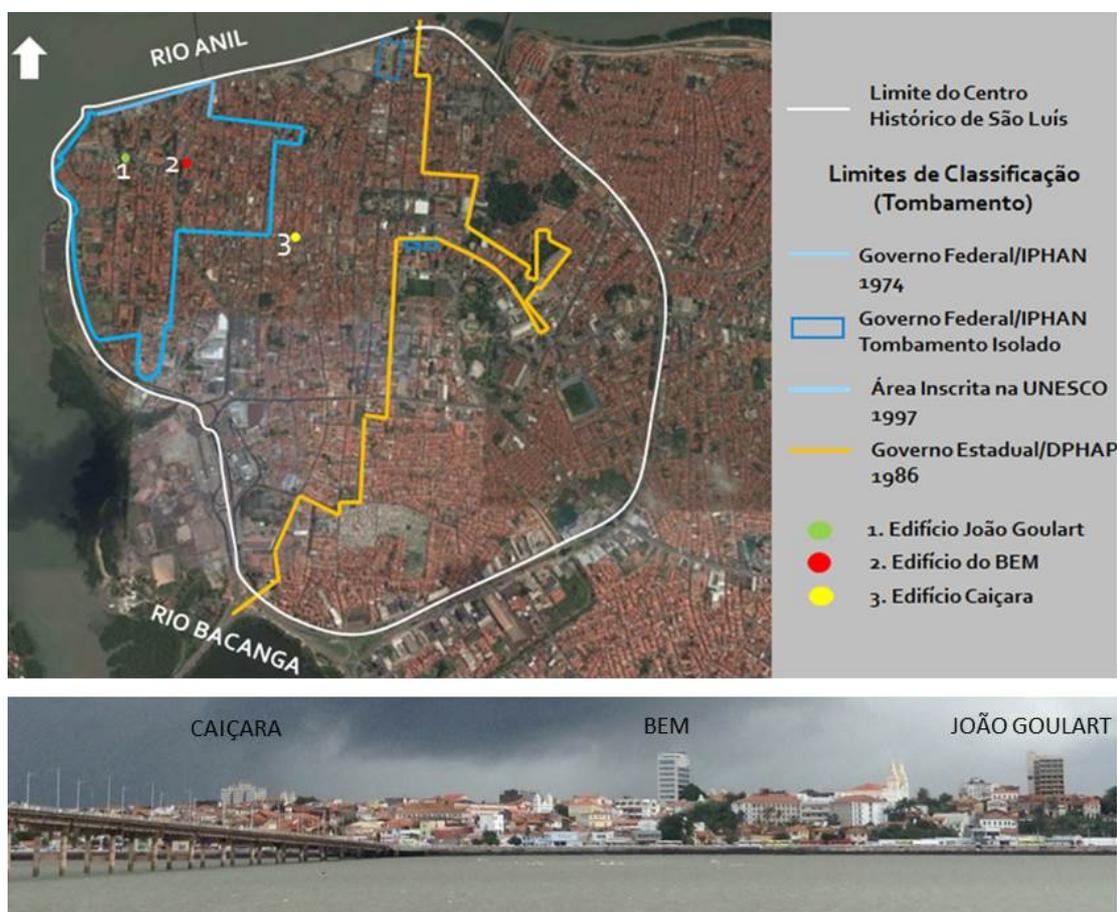


Figura 01. Vista aérea do Centro Histórico da Cidade de São Luís com a localização dos Arranha-Céus estudados e vista dos mesmos além do Rio Anil. Fonte: Google Earth com demarcação da autora e Lúcia Nascimento, 2017.

O entendimento dos aspectos arquitetônicos do Edifício Caiçara, João Goulart e do BEM contribuirá para o resgate da história da arquitetura modernista em São Luís, tão pouco conhecida e estudada de maneira a contribuir para sua valorização e preservação.

2. O EDIFÍCIO CAIÇARA

O Edifício Caiçara, Rua Grande nº 490, é considerado uma das primeiras edificações em altura de uso residencial com características modernistas da capital ludovicense, e faz parte do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico tombado pelo Governo Estadual. O Caiçara fica localizado num lote de esquina entre as Ruas Grande e São Pantaleão, num terreno de área de aproximadamente 767 metros quadrados, onde existia a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (1805-1939), que foi demolida em 1939, como parte do Plano de Remodelamento e Embelezamento da Cidade, na administração do Prefeito Pedro

Neiva de Santana (1937-1945), e teve o objetivo de alargar a rua para melhorar a circulação de veículos, principalmente dos bondes que trafegavam pelo local, já que essa edificação religiosa encontrava-se fora do alinhamento das edificações da Rua Grande e representava um perigo para os usuários deste transporte coletivo que passava próximo a parede lateral (SÃO LUÍS, 1992; BARROS, 2001).

A empresa responsável pela construção desse arranha-céu foi a “Construtora Caiçara” que deu nome à edificação. O início das obras data dos primeiros anos da década de 1960, tendo sido registrado e averbado no Cartório de Registro de Imóveis em 1967 (BARROS, 2001).

O edifício Caiçara possui dez pavimentos, sem contar com o subsolo e o terraço. No subsolo encontram-se vinte vagas para carros, o que não foi suficiente para as unidades residenciais existentes na edificação. O acesso à garagem, que fica no subsolo, se dá pela Rua de São Pantaleão, rua à direita da edificação. Neste subsolo, também, encontra-se a sala dos medidores, um depósito, a cisterna, o elevador social, a escada que dá acesso ao hall da recepção e, o incinerador de lixo, que foi desativado por medidas de segurança e saúde. No local deste incinerador ficou a lixeira.

No pavimento térreo encontra-se a recepção, o elevador social e de serviço, escadas de acesso aos apartamentos e garagem e a galeria onde ficam as dez lojas e o acesso à administração, onde funciona a sala do síndico. O corredor de acesso às lojas funcionava como um espaço público que se interligava a Rua de São Pantaleão, hoje nesse ambiente encontram-se vários stands de vendas.

No segundo pavimento encontramos as sobrelojas e a administração. As lojas e sobrelojas não têm acesso aos apartamentos, e, na fachada apresentam-se com a volumetria diferenciada da parte do bloco de apartamentos, que é formado por três blocos interligados por corredores.

Do terceiro ao oitavo pavimento ficam as 48 unidades residenciais, ou seja, seis por andar. Esses apartamentos apresentam áreas que vão de 97 m² (apartamentos do bloco central) e 102 m², nos blocos laterais. A ventilação e iluminação dos corredores ocorrem por meio de cobogós, elemento típico da arquitetura modernista (Fig.02 e 03).

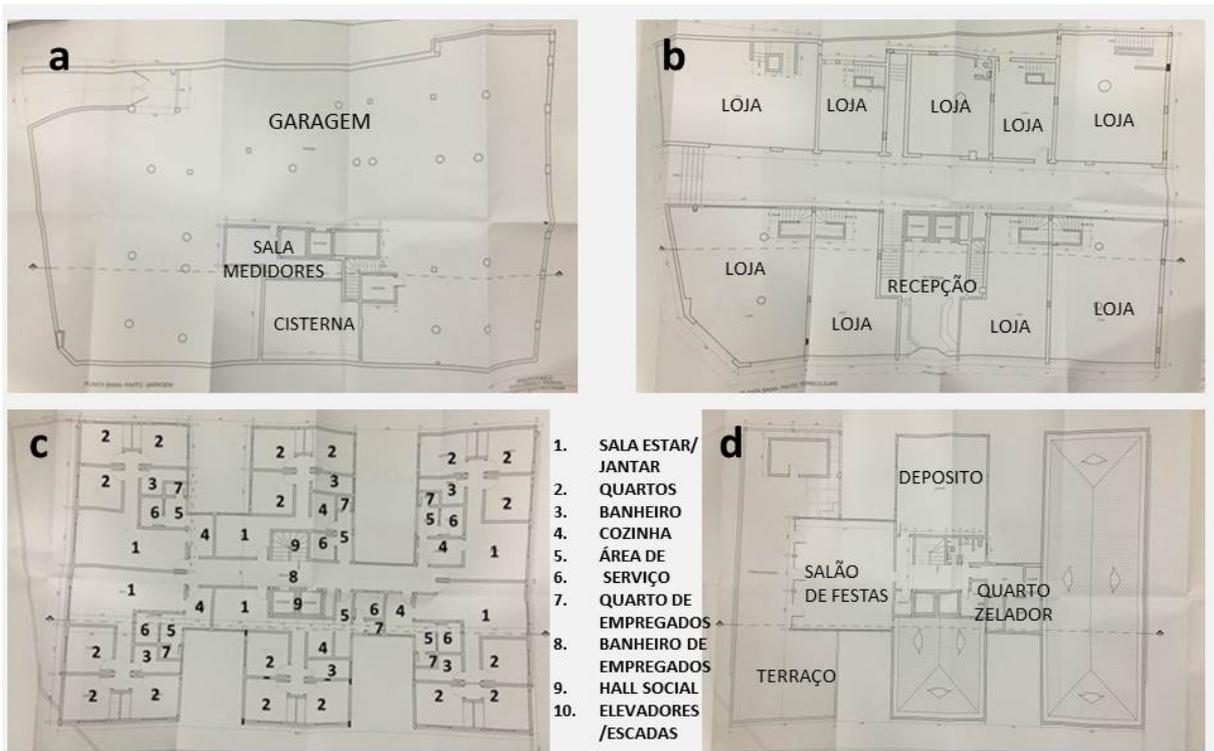


Figura 02. Plantas baixas do Subsolo (a), Térreo (b), Pavimento-tipo (c) e Ultimo pavimento (d) - Salão de Festas. Fonte: Administração do Condomínio Edifício Caiçara, 2016.

Esses apartamentos apresentam uma setorização, área social, privativa e de serviços, bastante clara e defendida pelo modernismo para uma boa solução de planta e um bom funcionamento dos ambientes. O setor social é composto pela sala de estar, que fica integrada com a sala de jantar, e interliga-se com a cozinha e circulação que dá acesso ao setor privativo.

O Setor Privativo apresenta três quartos, uma preocupação do modernismo com a individualidade de cada morador, disponibilizando um quarto para cada habitante. Neste setor existe um banheiro, que pode ser utilizado por visitantes, caso seja necessário. Percebe-se que os dois dormitórios que se encontram ao fundo do apartamento apresentam armários embutidos, o que revela uma preocupação com o layout do ambiente.

O Setor de Serviço engloba a cozinha, a área de serviço que compreende a lavanderia, quarto e banheiro de empregados. Todos esses ambientes têm ventilação para o lado externo da edificação, com exceção do quarto de empregadas cuja ventilação se dá para a área de serviço, a lavanderia. Esse setor também possui um acesso distinto para o hall social (elevadores).

Percebe-se ao analisar as plantas a existência da segregação social através da separação de acessos entre patrões e empregados, por meio de elevador social e de serviço e acesso

aos apartamentos. Essa separação social/serviço foi absorvida ao modo de morar moderno, apresentando na arquitetura habitacional a grande desigualdade socioeconômica existente no Brasil.

No último pavimento encontra-se o quarto do zelador (sala, quarto, cozinha e banheiro), o terraço, o salão de festas, que funciona como academia, o depósito do salão de festas e lavatórios masculino e feminino. Apesar desse pavimento apresentar vários ambientes, nota-se o aproveitamento da área de cobertura como espaço de convívio social, o que nos remete a um dos cinco pontos de uma nova arquitetura de Le Corbusier: o terraço jardim.



Figura 03. Vistas do Edifício Caiçara: Fachada (a), Lojas (b), circulação apartamentos (c), recepção (d), salão de festas (e) e terraço (f). Fonte: Lúcia Nascimento, 2016.

Após a análise verificou-se que foram poucas as alterações na edificação, as transformações observadas se deram pelas mudanças de materiais de revestimento de paredes e pisos internos dos apartamentos e hall social e da recepção. Os apartamentos apresentavam piso em taco e nas áreas molhadas o piso retangular vermelho, muito comum nas construções da época, que foi substituído pela cerâmica. Toda a recepção apresentava piso e paredes em mármore branco sendo substituído por pintura e granito no piso. Outra modificação que ocorreu na edificação está relacionada aos vãos dos incineradores,

existentes em todos os pavimentos, que foram fechados e tornaram-se local para guarda de lixo temporário.

Hoje, o Edifício Caiçara encontra-se em bom estado de conservação e todos os apartamentos encontram-se ocupados em sua maioria por idosos e por comerciantes que trabalham nas proximidades dessa edificação.

3. EDIFÍCIO DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - BEM

A antiga sede do extinto Banco do Estado do Maranhão - BEM, hoje de propriedade da Prefeitura Municipal de São Luís, fica localizada num terreno na Rua do Egito nº 283, esquina com a Rua dos Afogados, sendo considerado um dos primeiros arranha-céus da cidade, juntamente com o Edifício João Goulart, que passou a fazer parte da paisagem urbana contrastando com arquitetura colonial datada do século XVIII e XIX. Foi construída no início da década de 1950 para receber um programa de uso institucional. Esta edificação faz parte da área inscrita na lista de Cidades patrimônio da Humanidade pela UNESCO desde 1997 e, também, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico tombado pelo Governo Federal através do Decreto- Lei Nº 25 de 30 de Novembro de 1937, por meio do Processo Nº 454-T-57, inscrito no livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico.

Inicialmente pensado para ter 6 pavimentos, o edifício do BEM foi construído com 12 pavimentos, contando com o subsolo, de maneira a acompanhar a tendência nacional de construções de arranha-céus que começaram a surgir nas principais cidades do Brasil a partir da década de 1920, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo (SOMEKH, 1997).

A edificação apresentava uma solução vertical para um programa institucional. No subsolo, que aproveita o desnível do terreno, ficam localizados os depósitos, subestações de energia e garagem, cujo acesso se dá pela Rua dos Afogados (veículos), somente para veículos e pessoas autorizadas.

O pavimento térreo e o subsolo possuíam paredes revestidas com pastilhas cerâmicas verdes e as colunas com pastilhas cerâmicas brancas, posteriormente essas colunas foram revestidas com chapa de aço inox, que acompanham a mesma modulação de acabamento até as sobrelojas (LOPES, 2008).

O pavimento térreo e a sobreloja encontram-se recuados em relação à laje do pavimento tipo, e no térreo observa-se a utilização de pilotis. Sabe-se que os pilotis são um sistema de pilares que elevam a edificação do chão, permitindo o livre trânsito por debaixo dele, no caso do BEM, essa área ficou fechada com esquadrias de alumínio e vidro e funcionou como área de recepção/ acolhimento às pessoas que chegavam a essa edificação, ou seja, era um espaço de transição entre público e privado. O acesso a todos os pavimentos,

inclusive a sobreloja foi possibilitado pelo uso de três elevadores que se encontram à direita da edificação, bem como pelas escadas (Fig.04).

Com a reforma que a edificação vem passando desde 2010, quando a sede do antigo BEM passou a ser de propriedade da Prefeitura de São Luís, o edifício ganhou mais dois elevadores e uma escada nova, nenhuma das escadas encontram-se de acordo com as normas de segurança do corpo de bombeiros.

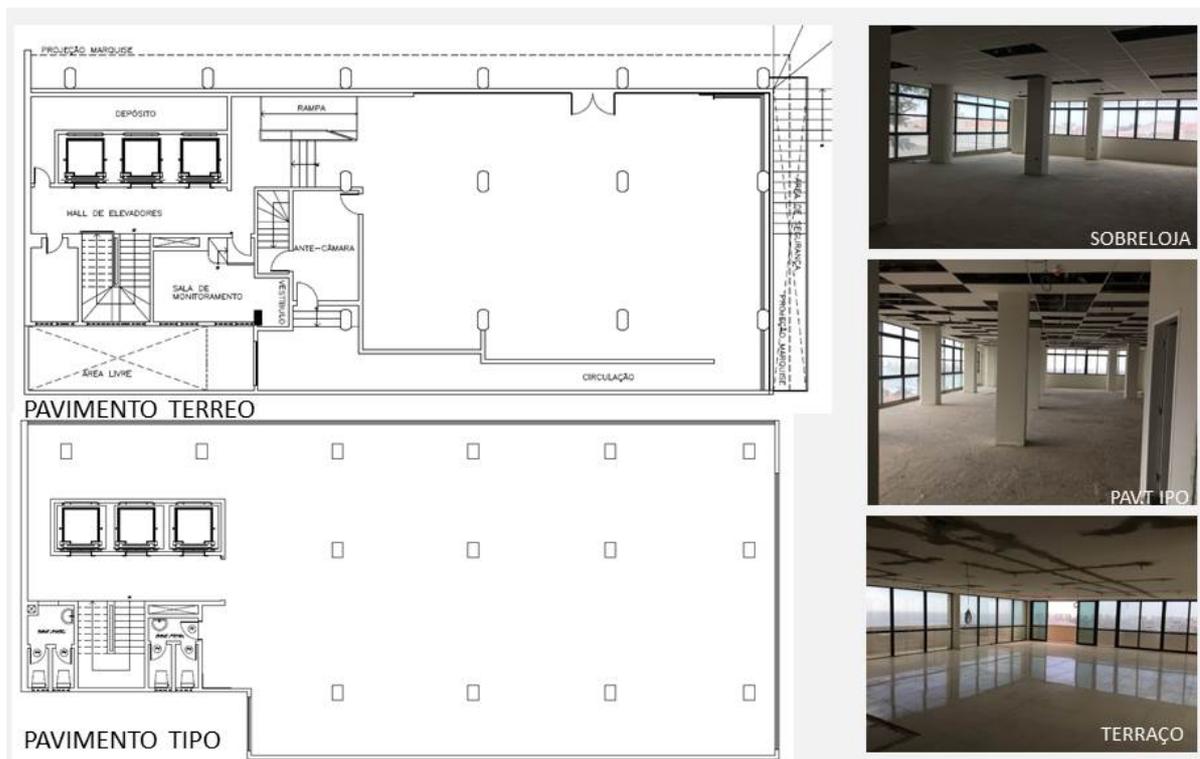


Figura 04. Plantas do pavimento térreo e pavimento tipo original e vistas da Sobreloja, Pavimento tipo e Terraço. Fonte: Arquivos Arquiteta Andrea Duailibe (plantas) e Lúcia Nascimento, 2017.

O pavimento tipo compreende oito pavimentos. Esses pavimentos, juntamente com a sobreloja, apresentam o modelo de planta livre, que garantiu a flexibilidade dos espaços internos, pelo fato de o sistema estrutural de pilares de sustentação, desarticulados das paredes de vedação e pelo sistema de vigas em ferro com secção em “I” vazadas possibilitarem a construção de grande vão de um pilar a outro. A planta livre permite que o layout da edificação possa ser alterado de forma a atender às novas funções pela simples colocação de novas divisórias ou demolição de paredes, o que não compromete a estrutura da edificação.

A Planta Livre do BEM nos remete a fachadas independentes da estrutura, a fachada livre, o que permitiu a utilização de janelas em fita, que tomavam quase toda a extensão da fachada, essa configuração contribuiu para uma relação desimpedida com a paisagem.

No último pavimento, um pouco menor que o pavimento tipo, funcionou um restaurante, que na década de 1970, foi bastante frequentado, ele também possui um pequeno terraço que possibilita observar o centro histórico e a cidade nova (LOPES, 2008). Esse restaurante foi desativado na década de 1980, sendo utilizado como *Call Center* do Banco na década de 1990 até a desativação total deste banco.

A cobertura funciona como um terraço jardim, de acordo com os preceitos de Le Corbusier, para ser um local de convívio social; inicialmente o acesso a esse espaço era por meio de uma escada marinheiro, sendo posteriormente substituída por uma de estrutura metálica para facilitar o acesso aos visitantes que vinham contemplar a paisagem.

Hoje as fachadas apresentam-se revestidas com pastilhas na cor bege, com exceção da fachada lateral esquerda que se encontra revestida por um painel azulejar com uma área aproximada de 340 m², intitulado “Trabalho, Crença e Festa”, datado de 1987, de autoria de Antônio Almeida (1922-2009), vencedor do Concurso de Artes Plásticas, promovido pelo Banco do Estado do Maranhão – BEM em 1986. O painel retrata com riqueza de detalhes a cultura maranhense, suas crenças e pessoas, a exemplo da quebradeira de coco, os pregoeiros e brincantes do bumba-meu-boi. Antônio Almeida, natural de Barra do Corda no Maranhão, foi um dos responsáveis pela introdução da modernidade nas artes plásticas maranhenses (FACEBOOK: Antônio Almeida, 2017).



Figura 05. Fachadas do Edifício do Banco do Estado do Maranhão. Fonte: Lúcia Nascimento, 2015.

A sede do antigo BEM se encontra desativada faz mais de 10 anos e atualmente passa por uma reforma para receber a Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ. Essa reforma consta do reforço do sistema estrutural, pintura de todos os ambientes, construção de novas baterias de banheiros, substituição de revestimentos internos e de esquadrias, os elevadores existentes foram substituídos por mais modernos e dois novos elevadores foram inseridos na estrutura da edificação, totalizando cinco. Também foi construída uma nova bateria de escadas e estar sendo implantada uma rede logística para melhor atender a população da futura secretaria. O projeto também previu a restauração do Painel de Azulejos existente na fachada lateral direita da edificação.

4. EDIFÍCIO JOÃO GOULART

O Edifício João Goulart nº 220 fica localizado na Avenida Pedro II e encontra-se na área inscrita na lista de Cidades Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO desde 1997 e do conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pelo Governo Federal através do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937, por meio do Processo Nº 454-T-57, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Essa edificação abrigou de 1967 a 1997 a Superintendência Regional do antigo Instituto Nacional de Previdência Social- INPS, criado pela fusão de cinco grandes Institutos de Aposentadoria e pensões – IAP's (IAPM, IAPB, IAPC e IAPFESP). De 1997 a 1993 foi utilizado como sede da antiga superintendência regional do Instituto Nacional de Assistência médica da Previdência Social – INAMPS, atual Instituto Nacional de Serviço Social – INSS (IPHAN, 2009). Essa superintendência funcionou nesta edificação até 1995, momento que o prédio foi desocupado (INSS, 2008). Hoje a propriedade do Edifício João Goulart é do Governo do Estado do Maranhão, que o adquiriu em 2015 com o intuito de abrigar vários órgãos públicos da administração estadual e o memorial em homenagem ao ex- Presidente João Goulart.

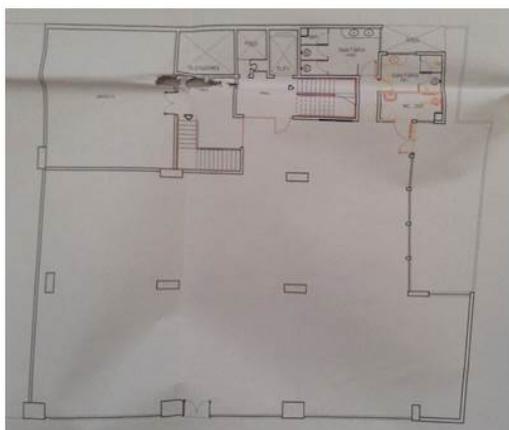
O Edifício João Goulart foi construído num terreno com ruínas que abrigou a administração dos CORREIOS, e foi doado para o IAP's no dia 3 de novembro de 1952, através da Lei nº 444 de 28 de dezembro de 1950 (IPHAN, 2009). O projeto original do Edifício João Goulart datado de 1957, é de autoria do arquiteto Pedro Alcântara. A construtora responsável pela execução deste projeto foi a Caiçara, do Estado do Ceará, a mesma construtora do Edifício Caiçara (LOPES, 2008; BARROS, 2001).

A edificação apresenta 6.053, 30 m² de área construída num terreno de aproximadamente 717,04 m², sendo formada por dois volumes bem definidos, uma torre com sete pavimentos

e uma base retangular com 4 pavimentos; sem contar com os dois subsolos existentes, totalizando 13 pavimentos mais a cobertura.

A edificação apresenta dois subsolos (primeiro e segundo). No primeiro subsolo encontra-se o depósito, escada de acesso para o segundo subsolo, elevador de serviço, sanitário masculino e feminino. É importante ressaltar que o sanitário feminino foi dividido para receber o sanitário para PNE (portadores de necessidades especiais), com a proposta arquitetônica do ano de 2009, para reforma do Edifício João Goulart. Já, no segundo subsolo fica localizada a cisterna, casa de máquinas, subestação de energia elétrica, elevador de serviço e escada que dá acesso ao primeiro subsolo, sanitário masculino e feminino e estacionamento para seis veículos.

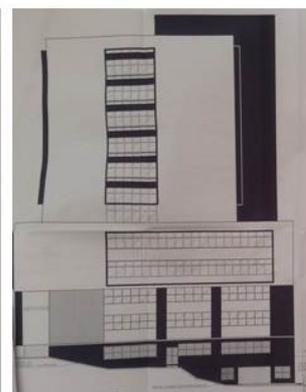
O primeiro pavimento, o térreo, situa-se um pouco acima do nível da rua e, sua comunicação com a rua ocorre somente por meio de escadas, não existindo rampas no local, isso gera uma barreira arquitetônica nos dias de hoje, mas na proposta arquitetônica de 2009, apresentada ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN o problema de acessibilidade à edificação foi sanado (Fig. 06).



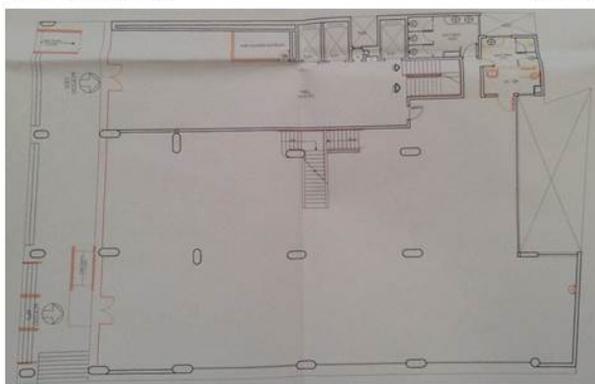
1º SUBSOLO



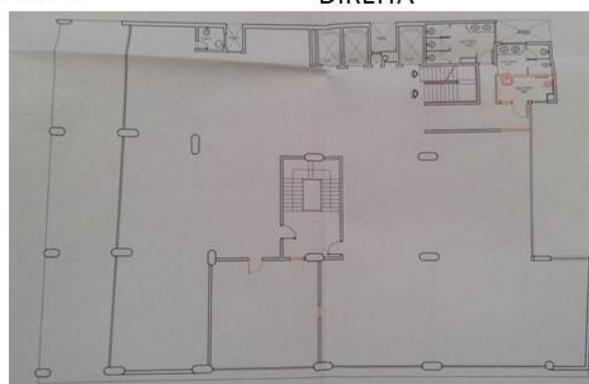
2º SUBSOLO



FACHADA LATERAL
DIREITA



TÉRREO



SOBRELOJA

Figura 06. Plantas baixas do 1º e 2º Subsolos, térreo, sobreloja e Fachada lateral Direita. Fonte: INSS, 2008.

No térreo é possível identificar o uso de pilotis, que nesta edificação tem a função de criar uma área de acolhimento, um local de chegada protegido junto à porta de entrada da edificação. Neste pavimento encontramos os três elevadores, dois sociais e um de serviço, os banheiros masculinos, femininos e de PNE. Neste pavimento surge uma nova escada, no centro da edificação, que permite o acesso à sobreloja e ao terceiro e quarto pavimentos.

A sobreloja repete a mesma configuração do térreo. O terceiro e quarto pavimentos apresentam a bateria de banheiros, elevadores e escadas. Nesses pavimentos é possível identificar o uso do modelo de planta livre, que possibilita que o layout interno possa ser modificado com facilidade sem alterar a estrutura da edificação (Fig.07).

A partir do quinto pavimento inicia-se a torre vertical, que compreende ao pavimento tipo da edificação, onde a configuração da planta baixa se apresenta em forma de “U”. O pavimento tipo apresenta escada, que permite acesso aos demais pavimentos, elevadores (social e de serviço) e bateria de banheiros (masculino feminino e PNE).



Figura 07. Plantas baixas do 3º e 4º pavimentos (a), pavimento tipo- Torre vertical (b), planta de cobertura (c), fachadas frontal e posterior (d) e Fachada frontal (e) e lateral direita (f). Fonte: INSS, 2008.

Com relação às fachadas, percebe-se que algumas delas apresentam-se livres de comprometimento estrutural, o que possibilitou a utilização máxima dos vãos; com isso o limite do interior e do exterior se dissolve e a paisagem circundante invade a arquitetura. Para minimizar os efeitos dos raios solares nas fachadas foram utilizados *Brise-soleil*. Os *Brises*, outra marca de influência de Le Corbusier no Brasil, são projetados de acordo com a orientação do prédio e sua finalidade e podem ser de diversos materiais, no João Goulart, apresentam-se em concreto armado (Fig.08).

Atualmente, o Edifício João Goulart encontra-se sem uso e abandonado, fato que contribui para aumentar seu processo de degradação e deterioração que vem atingindo toda edificação, como perdas de revestimentos das fachadas, ferragens (brises) expostas pela falta de manutenção. A edificação é alvo constante de roubos, principalmente de esquadrias, tanto externas como internas. É imprescindível, portanto, que essa edificação passe por um projeto de restauração para que esse patrimônio modernista não se perca como outros tanto da nossa cidade, que se perderam pela falta de valorização e interesse público, e que podem ser objeto de novos usos - a exemplo de habitação, ou mesmo para receber repartições públicas - pelo fato de apresentarem a planta livre, que possibilita a modificação do layout sem comprometer a estrutura da edificação.



Figura 08. Fachadas do Edifício João Goulart. Fonte: IPHAN, 2009, INSS, 2008 .

5. CONCLUSÕES

Os arranha-céus começaram a surgir na capital maranhense tardiamente em relação ao restante do país. Essas edificações em altura apresentam um contraste com o entorno pela sua arquitetura modernista e por estarem dentro do Centro Histórico de São Luís, dividindo espaço com arquitetura eclética, *Art Déco*, neocolonial e colonial.

O Edifício Caiçara, do BEM e João Goulart marcaram o início do processo de verticalização em São Luís, que teve o seu ápice no início da década de 1990, fora dos limites do Centro Histórico, que passou a ser protegido na década de 1970 contra possíveis demolições e descaracterizações em seu acervo colonial.

Esses arranha-céus acompanharam o modelo de arquitetura modernista encontrado no restante do País, onde é possível percebermos a presença de pilotis, da planta livre, fachada livre e da preocupação constante com a ventilação e insolação natural, mediante o uso de cobogós e *Brise-Soleil* nas fachadas, de forma a melhorar o conforto ambiental das edificações, que foram encontrados no Edifício Caiçara e no João Goulart.

Os avanços trazidos pelo concreto armado e elevadores permitiu a construção para as alturas, trazendo consigo um novo senso estético para a cidade. Essas novas edificações com formas geométricas e sem adornos, representaram uma ruptura na história e passaram a ser símbolo dos tempos modernos.

Os pilotis, a planta livre, fachada livre e janela em fita foram encontradas nas edificações do Banco do Estado do Maranhão e no Edifício João Goulart. Nessas edificações os pilotis funcionam como elemento de acolhida/ recepção às pessoas que chegam a essas edificações. As janelas em fita fizeram com que a paisagem do centro histórico, seja um bem coletivo, assumindo propriedade estética particular através da janela-quadro aproximando a paisagem do convívio próximo, familiar.

Outro princípio modernista encontrado nas edificações, foi o terraço jardim que possibilitou criar um espaço de contemplação da paisagem, no caso do Edifício Caiçara e do Banco do Estado, mas também promover uma relação com o céu, onde se podia estar acima da cidade flutuando acima da linha do horizonte, evocando calma e reflexão.

Os arranha-céus, também, fizeram surgir um novo modo de morar, o moderno. O edifício Caiçara apresentou essa nova forma de habitação, a princípio voltados para pessoas de alta renda, hoje abriga pessoas de classe média. Essa edificação apresentava um zoneamento rígido entre os setores social, privativo e de serviços.

Estudar essas edificações permitiu conhecê-las de forma mais aprofundada, pois os trabalhos anteriores se remetiam à descrição de elementos existentes nas fachadas. Conhecer a arquitetura modernista é o primeiro passo para o seu reconhecimento e conservação de forma a evitar processos de descaracterização, abandono e destruição, e, por conseguinte, o desaparecimento e a perda irreparável e definitiva.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Valdenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís: Unigraf, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DIÁRIO DO NORTE. *A Cidade*. São Luís, Quarta feira, 26 abr. 1939 p. 8.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Processo de Análise da Reforma do Edifício João Goulart*. São Luís, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS). Obra de conclusão da Reforma do edifício João Goulart em São Luís (PES Nº 09). São Luís: Gerência Executiva do INSS São Luís, 2008.

LOPES, José Antonio Viana. *São Luís Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MESQUITA, Ruy Ribeiro. *Plano de Expansão da Cidade de São Luís*. São Luís: DER-MA, 1958.

MOREIRA FILHO, Eliézer. *Um Gênio Esquecido: Celso Antônio e o Modernismo*. São Luís: EDUFMA, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. *Decreto Lei Nº 205: Código de Posturas do Município de São Luís*. São Luís: 3 nov. 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. *Rua Grande: Um passeio no tempo*. São Paulo: Pancrom, 1992.

SOMEKH, Nadia. *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador*. São Paulo: USP/FAPESP, 1997.

VAZ, Lilian. Fessler. *Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

FACEBOOK. Antônio Almeida. Disponível em: <https://www.facebook.com/Ant%C3%B4nio-Almeida-195464883804848/?fref=ts>. Acesso em: 08 de janeiro de 2017.